



***CONSCIENCIALIZAR, MUDAR e SERVIR!***

## **DECLARAÇÃO CONTRA a INCOMPETÊNCIA, a IRRESPONSABILIDADE e o PROPÓSITO**

Dirigida ao Presidente da República, Primeiro-Ministro, Presidente da Assembleia da República e partidos políticos com representação parlamentar (PSD, PS, CDS-PP, PCP, BE e PEV), doravante designados por TODOS.

**EXIGÊNCIA: UM GOVERNO QUE SIRVA PORTUGAL.**



**PORTUGAL FOI CONFRONTADO com a inconstitucionalidade de medidas consideradas estruturais inscritas na Lei 66-B/2012, Lei do Orçamento do Estado**, o que se adivinhava desde a sua entrega para discussão na Assembleia da República em 15/10/2012.

Tais inconstitucionalidades são da inteira responsabilidade de todos os Partidos Políticos, sem exceção, que, pura e simplesmente, não desejaram qualquer solução de consenso. Pelo contrário, todos os partidos políticos utilizaram o orçamento de Estado como arma de arremesso face aos seus interesses políticos e partidários, espezinhando conscientemente o bem comum, o bem de Portugal e o futuro dos Cidadãos.

Os Partidos políticos, todos sem exceção, não quiseram deliberadamente qualquer acordo, pois todos desejam esta instabilidade que lhes dá, cada vez mais, acesso exclusivo ao poder e ao jogo de controlo dos interesses em que se movimentam que não é, seguramente, o Futuro de Portugal, mas o futuro político deles (partidos) como centro de interesses obscuros.

Mais uma vez, os Cidadãos foram tratados como carne para canhão, nas Guerras políticas, pelos Partidos Políticos que os deviam representar, mas que não conseguem olhar para além do seu próprio umbigo e dos interesses de quem os patrocinam. Tudo porque os Cidadãos são os eternos Fiadores do Estado e dos Desvaneios e Irresponsabilidades Criminosas dos nossos políticos, sem exceção.

E este desfecho foi ideal para todos. Os que aprovaram o Orçamento encontraram, novamente, um motivo para justificar o que de mal fizeram, os erros que cometeram as incapacidades que têm.

Por sua vez, a oposição rejubilou com os tempos difíceis que se avizinham, e chegou ao desplante de recusar qualquer solução para o futuro de Portugal, esquecendo os Portugueses, enjeitando responsabilidades que tem e recusando garantir qualquer outra solução que não exigir eleições antecipadas e, novamente, lançar mais do mesmo na governação deste país.

Já o Presidente da República assumiu, como sempre, uma posição inspirada em histórico Governador Romano, lavando as mãos, dizendo que faz sempre o possível, querendo transmitir ao Povo que nada mais pode fazer, e derogando conscientemente os seus poderes constitucionais.

A classe política deixou nas mãos do Tribunal Constitucional, mais uma vez, a responsabilidade da decisão: ou declarar as medidas inconstitucionais, inviabilizando o orçamento e lançando o caos nas instituições, ou, como já o fez no ano anterior, aceitar as medidas, suspendendo a Constituição alegando tempos difíceis.

Esta classe política, mais uma vez, num autêntico hino à incompetência, à irresponsabilidade e ao propósito, força o caos na sociedade portuguesa, procurando arranjar mais um "bode expiatório" para os males que nos apoquentam culpando, como já o vem fazendo há muito, a Constituição da República Portuguesa.

A classe política, ao longo das últimas décadas, geriu o país a seu belo prazer, fazendo tábua rasa da Constituição da República.

Agora, face ao ACORDAR do povo, procura, de forma permanente, provocar o Tribunal Constitucional forçando-o à suspensão da Constituição, destruindo a única linha que separa o povo português da desistência da sua dignidade.

Estamos num momento de Emergência Nacional.



Os Partidos Políticos são a face mais clara da total ineptidão para, por si só, apresentarem qualquer solução à catástrofe em que colocaram Portugal, com uma Assembleia da República e um Presidente que se limitam a assistir. Portugal não tem Rumo, não tem Líderes, não tem Decisores.

A classe política desistiu, há longos anos, dos Cidadãos, antes lutam entre si, exclusivamente, na procura do poder, pois é isso que lhes garante o acesso ao rendimento, visto por eles como infinito, dos portugueses.

**Portugal está a padecer das CONSEQUÊNCIAS do caminho (passado e presente) de conduta permanente de má governação** (irresponsabilidade, falta de transparência, coerência, eficácia e eficiência) orientada não para os fins públicos, mas para os mais obscuros interesses que raíam a corrupção.

*"O que determinou cairmos no estado desesperado em que Portugal se encontra foi o facto da classe política que partilha, de forma controlada, o poder e a passividade de actuação das restantes forças políticas, representadas no parlamento, terem desenvolvido e centralizado todas as suas actuações, visando interesses obscuros privados e não o bem público, bem como da nação como seria suposto, constitucionalmente, fazerem."*

Movimento Revolução Branca (Manifesto INICIAL) -17/07/2012

*"Este foi o legado que esta classe política nos deixou, que nos fez retroceder décadas, um rasto inimaginável de degradação de um país, com taxas de suicídio superiores aos mortos em acidentes de viação, com milhares de famílias, que são o berço de qualquer nação, completamente desestruturadas pela emigração forçada, ou destruídas pelo desemprego, milhões de Cidadãos desempregados e outros tantos com empregos precários, além da servidão por dívidas das gerações presentes e futuras."*

Movimento Revolução Branca (Apresentação MRB - I Encontro Informal de Movimentos Cívicos) - 13/01/2013

**No passado dia 15 de Outubro de 2012 o MRB entregou pmp ao Presidente da República, Primeiro-Ministro, Presidente da Assembleia da República e partidos políticos com assento parlamentar, o "Manifesto dos 5 + n Cidadãos". Neste momento, reiteramos e exigimos a concretização das nossas exigências aí vertidas, concretamente:**

- A Exoneração do governo;
- A Nomeação de governo de iniciativa presidencial, chefiado por personalidade de reconhecido mérito, apartidário e confirmado, consensualmente, pelos partidos representados na Assembleia da República e organizações da sociedade civil com assento na concertação social, que deverá formar um governo onde se pontuem nomeações sem filiação partidária, revestidas pelo mérito, carácter e formação dos seus membros, com uma vontade clara de servir Portugal;
- O governo deverá ser nomeado para governar durante o período temporal remanescente da actual legislatura;
- A Assembleia da República deverá reabrir o processo de revisão constitucional de modo a retirar aos partidos políticos o exclusivo dogmático e caduco de serem os únicos representantes do Povo eleitor na Assembleia da República, abrindo este Órgão à sociedade e àqueles que não se revêem nos partidos políticos, permitindo-se, que Listas de Cidadãos Independentes possam concorrer às eleições legislativas, em igualdade de circunstâncias, direitos e deveres dos partidos políticos alterando-se concomitantemente as leis eleitorais, de modo a se assimilar plenamente a vontade do Povo português.



O ponto acima mencionado terá de ser concretizado até 31 de Dezembro de 2013, conforme definido no documento "ULTIMATUM", entregue a representante da Assembleia da República em 02/03/2013. Consultar documento em: <http://www.mrb.pt/PDF/ULTIMATUM.pdf>

**O que se pretende é trazer estabilidade a Portugal, dar tempo aos Partidos Políticos para se renovarem e aos Movimentos Cívicos emergentes para se preparem como alternativas válidas.**

- *"Aqueles que hoje nos governam e que proclamam, em alta voz, a necessidade de assumirmos um elevado sentido patriótico e de sacrifício, foram os mesmos que, durante estas duas últimas décadas, alternaram entre governo e oposição, desempenharam cargos de relevo, beneficiando das relações sombrias entre os interesses privados e o Estado, viveram do sistema partidário, ou à sombra dele, não se lhes conhecendo nenhuma atitude de revolta, dentro ou fora dos seus partidos, para alterarem a situação e acordarem os restantes milhões de portugueses deste sono profundo."*

**O que se pretende é separar dentro da classe política o trigo do joio porque, se assim não for, a história voltará a repetir-se, conforme provam as sucessivas "Bancarrotas" (1977/1983/2011).**

**Desta forma temos a possibilidade, de pacificamente e suportados no respeito pelos princípios democráticos,** substituir a incompetência e que os que permitiram que a mesma perdurasse, por desinteresse da causa pública, sejam punidos. Para isso solicitamos a reabertura dos seguintes processos, arquivados sem qualquer investigação, desenvolvendo-se rigorosa e esclarecedora investigação:

**PARTICIPAÇÃO CRIME, contra titulares de cargos políticos, pelo crime de TRAIÇÃO À PÁTRIA** (Processo 9276/12.0TDPRT).

Consultar documento em: <http://www.mrb.pt/PDF/PARTICIPACAOcrimeTRAICAOpatria.pdf>

Consultar prova documental em: <http://www.mrb.pt/PDF/PROVAdocumentalENTREGUE.pdf>

**PARTICIPAÇÃO CRIME, contra titulares de cargos políticos, pelo crime de ATENTADO CONTRA A CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA** (Processo 12055/12.0TDLSB).

Consultar documento em: [http://www.mrb.pt/PDF/PARTICIPACAOcrimeATENTADO\\_CR.pdf](http://www.mrb.pt/PDF/PARTICIPACAOcrimeATENTADO_CR.pdf)

Consultar prova documental em: <http://www.mrb.pt/PDF/PROVAdocumentalENTREGUE.pdf>

*"Assumimos a existência de condições adversas às quais Portugal não ficou imune, todavia, estão longe de consubstanciarem, em si, o âmago das razões que nos levaram ao estado de penúria e perda de soberania em que nos encontramos."*

*"Porém, ao contrário do que a classe política nos quer fazer crer, o que nos fez chegar a esta situação de miséria, começa e acaba aqui mesmo, em Portugal, é um problema exclusivo do nosso país e somos nós próprios que o temos de resolver."*

Movimento Revolução Branca (Manifesto INICIAL) -17/07/2012

**É ALTURA DOS ELEITOS ASSUMIREM OS PODERES QUE TÊM, POR MUITO ANACRÓNICOS QUE DIGAM SER, E DUMA VEZ POR TODAS SE DIGNEM OUVIR A REAL VONTADE DO POVO: TER UM GOVERNO QUE RESOLVA OS SEUS PROBLEMAS, COM CORAGEM, FORÇA E DETERMINAÇÃO.**

**TER UM GOVERNO QUE SIRVA PORTUGAL.**